

PROGRAMA NEGRA CIDADE IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA A POPULAÇÃO NEGRA DE SÃO PAULO

I – Uma política de combate ao racismo

A passagem do século realiza-se no bojo de agudas contradições, refletindo a própria crise gerada ao longo de séculos de história, marcada por A formas de exploração que geraram profundas desigualdades sociais.

Estas desigualdades atingem diretamente ao negros (homens, mulheres, crianças, jovens e idosos). Uma complexa ideologia racista determina os sistemas de educação, saúde, habitação, cultura, nos quais a população negra representa os segmentos majoritariamente excluídos, relegando o povo negro a um índice de miséria absoluta, jogando esta população para a periferia da cidade. O que nos leva a concluir que a população negra está concentrada em regiões completamente desprovidas de equipamentos públicos.

A eleição de Marta Suplicy para a Prefeitura de São Paulo aponta a possibilidade ímpar de implementar uma política de combate ao racismo na cidade de São Paulo, que pode servir de exemplo para as prefeituras e governos democráticos populares do Brasil.

Oito anos de malufismo na cidade de São Paulo, foram suficientes para que setores reacionários destruíssem tudo que havia sido feito em relação, a saúde, habitação, educação e transporte.

O plano PAS faliu e mostrou o seu lado corrupto de super – valorização de preços, ausência de atendimento médico e muitos outros problemas.

Na habitação descobriu – se os limites do Projeto Cingapura, também por super – valorização de preço e ausência de política habitacional efetiva para a população pobre.

Na educação há um flagrante degradação das escolas públicas, baixos salários dos professores e 110 mil crianças em idade escolar fora da escola.

Em relação ao transporte caos total, falta de ônibus e confusão com o serviço de lotação.

É necessário um programa que coloque o ser humano como centro das preocupações na cidade de São Paulo e o programa proposto por Marta

Suplicy responde a esta necessidade. Renda mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo e outros programas, tendo como orientação básica priorizar as regiões carentes que apresentam falta de empregos, de meios de transportes, hospitais, escolas, lazer e conseqüentemente alto índice de violência.

Um programa de efetivo combate as desigualdades raciais e sociais deve ser uma das prioridades centrais da próxima administração de nossa cidade.

II - Diretrizes para o programa

- Inclusão do enfoque de raça/etnia em todos os projetos e programas de governo;
- Combate a todas as formas de racismo, discriminação, preconceito e às situações que mantêm ou provocam desigualdades sócio-raciais;
- Respeito a pluralidade racial e étnica, valorizando a contribuição histórica e a cultura afro-brasileira;
- Implementação de políticas para a melhoria da qualidade de vida e de geração de emprego e renda para a população negra de São Paulo.

II - As condições de vida da população negra de São Paulo

A questão racial esta pautada na agenda política nacional como um fato relevante, e isso traduz a vitória do movimento negro em desnudar as condições raciais na sociedade brasileira

A sociedade paulistana se organizou a partir da lógica do racismo camuflado e dito cordial o que deixa a **sua população negra estimada em 25%** pelo IBGE, na situação de extrema desigualdade. Há um reconhecimento por parte da sociedade brasileira de que, de fato, a população negra foi e vem sendo impedida de integrar os vários níveis da estrutura social. A exclusão social metropolitana atinge sem piedade nem dó quem esta sem qualificação profissional, quem foi demitido, quem não consegue pagar o aluguel, a chefia de família, a criança e a juventude negra que esta a mercê dos grupos de extermínio, os moradores da periferia, os usuários do posto de saúde, da escola e transportes públicos.

Entre as década de 50 e 70 o processo de favelização ganha espaço e a desigualdade social salta aos olhos. Se fizermos o cruzamento dos dados obtido com o **mapa da exclusão social na cidade de São Paulo/1996**,

estudo coordenado por Aldáisa Sposati, com os dados obtidos na pesquisa realizada pela professora Raquel Rolnik sobre o **mapeamento dos territórios negros na cidade de São Paulo/ 1989**, poderemos concluir que há uma gritante concentração de população negra nas regiões que apresentam menor índice de desenvolvimento e equipamentos sociais.

Onde está este território ? Na região Noroeste de São Paulo, a partir do Rio Tietê, que vai ficando cada vez maior à medida que nos afastamos do Centro: Casa Verde (22,14%), Limão (26,14%), Freguesia do Ó (26,67%), Pirituba (26,6%), Vila Nova Cachoeirinha (27%), Brasilândia conhecida como a África paulistana (49%). Outra ponta da negra cidade está na Zona sul/sudeste: Jabaquara (30%), Capela do Socorro (36,4%). Na Zona Leste há concentração média de população negra em torno de (26%), a única região acima da média é Vila Matilde (27%).

Os bairros que mais concentram a população negra são aqueles em que há uma maior incidência das chacinas urbanas. Bairros como Jardim Angela e Capão Redondo

apresentam um **grau de violência alarmante**. Não fosse o movimento cultural da juventude negra paulista, expresso no Hip Hop, compreender e denunciar, na voz da suas

lideranças musicais, as condições da vida na periferia, nós teríamos um total silêncio sobre tal situação. Os dados apresentados pela **Ouvidoria Geral das Polícias de São Paulo** comprovam que a juventude da periferia é a maior vítima da violência, o que está em contradição com recente anúncio em outdoor vinculando a imagem do jovem da periferia como agente da violência urbana. Ora, os que sofrem a violência não podem ser agentes da violência. Essa juventude precisa de educação e trabalho.

O **mapa da desigualdade racial no mercado de trabalho** produzido pelo INSPIR - Instituto Sindical pela Igualdade Racial, e pelo DIEESE demonstra o que o Movimento Negro há muito já denunciava, o trabalhador negro na mesma função que um trabalhador branco, em qualquer nível de especialização, ganha um menor salário.

A cidade de São Paulo não oferece a mesma chance para todos.

A ausência de política pública de combate ao racismo implica em prejuízos irreparáveis a este segmento.

Uma política de combate ao racismo para a cidade de São Paulo perpassa por um conjunto de ações dos diversos setores da esfera pública, e mais, é necessário fazer ver ao olhos dos diversos órgãos de decisão governamental que **essa situação é central e não uma questão de minoria**,

portanto o combate ao racismo não é um problema de negros e negras, e sim um problema de toda a sociedade, portanto público.

Para um melhor entendimento do que é esperado das futuras administrações petistas, apresentamos uma série de propostas para o programa de governo. A grande meta é o investimento em políticas públicas para o atendimento das condições de raça, classe e gênero que seja capaz de inverter a lógica de uma São Paulo que está estruturada por oportunidades violadora dos direitos sociais, como o racismo, a pobreza e o machismo. Para atingir essa meta apresentamos um modelo de ação administrativa que cruzará o modo petista de governar com a política pública de combate ao racismo acumulada pelo movimento negro nessas últimas décadas.

III - Um programa para a igualdade de condições para a população negra de São Paulo

A Centralidade do programa

Reconhecendo a existência de desigualdades de gênero e raça entre a população da cidade, a partir dos programas Bolsa Trabalho, Renda Mínima, Começar de Novo, Mova e Banco do Povo, o governo promoverá ações concretas com políticas dirigidas à população negra.

A complementariedade do programa

Educação

Desenvolver programa de combate ao racismo, dentro e fora da escola, a partir da definição e aplicação de políticas que poderão garantir a inserção e a permanência do negro na escola, com a finalidade de desconstruir as referências simbólicas de superioridade e inferioridade de uma matriz cultural, em detrimento de outra.

Saúde

Desenvolver programas de pesquisa, prevenção e tratamento das doenças de maior incidência na população negra.

Cultura

Implementar políticas culturais que reconheçam a contribuição do negro como parte integrante do patrimônio histórico, científico e cultural;

Estimular a criação de espaços culturais destinados a dar visibilidade à presença negra na cidade;

Promover eventos culturais que favoreçam a produção da população negra, principalmente aqueles que garantam a geração de renda para este segmento;

Promover o resgate das tradições da cultura negra através de incentivos à criação e formação de grupos de folclores, teatro, dança, capoeira, hip-hop, bandas, corais, orquestras, favorecendo o surgimento de novas vocações;

Desenvolver programas que estimulem a participação do negro nas diversas modalidades de esporte, reforçando a concepção do esporte como cultura;

Promover pesquisas sobre a produção do negro nos campos da cultura popular e erudita, para a construção de acervos;

Através das Casas de Cultura revitalizar a produção cultural negra da cidade.

Esporte e Lazer

Habitação

Direitos Humanos

Criado o Conselho Municipal de Direitos Humanos, será indicada assessoria, com formação jurídica e conhecimento das questões sócio-raciais, para o citado Conselho, bem como para a Ouvidoria Municipal, sem prejuízo dos representantes a serem indicados pelo poder público e pela sociedade civil;

Os assessores para a política racial indicados em número a ser precisado, terão assento no Conselho Municipal do Negro e contribuirão no subsídio a formulação de políticas públicas de corte racial, bem como nos programas de natureza social, tais como o Sistema Municipal de Emprego, de Segurança, de Educação e Cidadania, de Saúde, de Renda Mínima, Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Moradia e Participação Popular.

Orçamento Participativo

Ter como prioridade as demandas sociais dos negros, mulheres e jovens, principalmente o embricamento das três condições. Da mesma forma tais segmentos terão representação no Conselho Municipal, ou instância afim, do orçamento participativo.

IV – Estratégias para a implementação do programa

Implementar o programar a partir destas políticas a serem desenvolvidas em todas as Secretarias e órgãos da administração; reestruturar a CONE – Coordenadoria do Negro; desenvolver um planejamento que no curto, médio e longo prazo possa:

- fomentar a implementação de políticas públicas de combate ao racismo;
- criar, dentro da administração municipal, uma rede de apoio para a implementação destas políticas;
- estabelecer relações para a concretização do Programa Negra Cidade, implementando políticas de combate ao racismo, superação das desigualdades sócio-raciais e igualdade de condições para a população negra de São Paulo.